

**O patrimônio como expressão da nacionalidade:
a função do Estado no setor cultural**

Tatyana de Amaral Maia¹

RESUMO: O período da ditadura civil-militar (1964-1985) foi marcado por várias ações institucionais para a organização de políticas culturais que garantissem a democratização da cultura nacional. O objetivo deste artigo é analisar a experiência do Conselho Federal de Cultura, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, investigando a importância da idéia de patrimônio na elaboração das políticas culturais durante a ditadura civil-militar.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho Federal de Cultura, Intelectuais, Patrimônio, Políticas Culturais.

Patrimony as nationality expression: the State's function inside the cultural field

ABSTRACT: The period of civil-military dictatorship (1964–1985) was marked by many institutional actions to organize the cultural policies whose goal was to make the democratization of the national culture possible. This article intends to analyse the experience of the Conselho Federal de Cultura, that belongs to Ministério da Educação e Cultura, starting the idea and importance the estate idea to create cultural policies during the period of military dictatorship.

KEYWORDS: Conselho Federal de Cultural, Intellectuals, Estate and Cultural Policies.

“Age como pensador, pensa como homem de ação”

Bergson

A relação entre os intelectuais e o Estado no Brasil tem sido objeto de inúmeras pesquisas historiográficas. O caráter reformista e modernizador do Estado brasileiro a partir de 1930 e a incorporação dos intelectuais ao aparelho estatal como agentes fomentadores de políticas sociais têm merecido amplo debate acadêmico. A própria formação do campo intelectual no Brasil, campo autônomo do político e com regras específicas, esteve associada à presença do intelectual no Estado (GOMES, 1996; MICELI, 1984; ORTIZ, 1986; PÉCAUT, 1990). Assim, os setores prioritários da ação e disputa desses grupos foram saúde, educação e cultura.

A frase de Bergson, epígrafe deste artigo, aparece em destaque no discurso de

¹ Doutoranda em História Política na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail:

posse do secretário-geral do Conselho Federal de Cultura, Manoel Caetano Bandeira de Melo. O discurso é redigido em agradecimento à confiança do Ministro da Educação e Cultura, deputado Tarso Dutra, ao tê-lo escolhido para o cargo de secretário geral. A cerimônia de posse de Manoel Caetano era parte integrante de uma solenidade maior, a de instalação do Conselho e nomeação dos conselheiros, em 27 de fevereiro de 1967, em que estavam presentes o presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco, o ministro Tarso Dutra, o presidente do Conselho Josué Montello, os vinte três membros fundadores, além de ilustres convidados do mundo político e intelectual.

O Conselho foi criado pelo decreto-lei n.74, de 12 de novembro de 1966, e funcionou no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro. O início de suas atividades ocorreu no início de 1967. A criação do Conselho Federal de Cultura teve como objetivo institucionalizar a ação do Estado no setor cultural e tornar hegemônicas as concepções de um grupo de intelectuais sobre a cultura nacional. Dessa forma, a atuação dos intelectuais no setor cultural tem um duplo objetivo: primeiro, a redefinição da função política da cultura e do papel estatal no setor; segundo, uma disputa no campo cultural pela definição da cultura e da identidade nacionais.

O objetivo deste artigo é investigar como a noção de patrimônio defendida pelo Conselho Federal de Cultura foi fundamental na elaboração das políticas culturais. Para o CFC, a atuação do Estado no setor cultural deveria responder a três áreas hierarquizadas do setor cultural: patrimônio, difusão e assistência às instituições culturais.

O CFC foi estruturado em quatro câmaras: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. Esta divisão era considerada decisiva pela comissão que elaborou o projeto do Conselho por constituir os elementos definidores da cultura nacional. Além disso, instituiu-se uma Comissão de Legislação e Normas para garantir o suporte jurídico necessário na apresentação de portarias, projetos de lei ou resoluções.

Os intelectuais atuantes no Conselho pertencem a uma rede intelectual cujos traços principais são: a intensa ação no aparato estatal, em cargos do executivo e legislativo; a participação ativa em periódicos especializados como estratégia de inserção nos debates políticos e culturais do país; a crença no papel da “tradição” como

valor da modernidade. Estes posicionamentos políticos estão vinculados a outras matrizes ideológicas, principalmente, no otimismo ultraconservador e no regionalismo.

O funcionamento do CFC estava sintetizado na frase de Bergson, destacada no discurso de Manoel Caetano de Mello. Os ilustres homens da cultura foram cuidadosamente escolhidos para, no dizer de Montello, uma “ação patriótica”, qual seja, garantir a defesa do patrimônio cultural do país. Assim, o Conselho foi um espaço de ação idealizado e organizado por intelectuais que, para além de diagnósticos e definições sobre a cultura nacional, pretendiam intervir nos rumos da cultura, através de um processo de institucionalização do setor que criou no interior do MEC uma rotina de ações para cultura até então inexistente.

A atuação do Conselho Federal de Cultura está diretamente relacionada à definição do papel do Estado no setor cultural. A ingerência estatal na esfera cultural foi intensificada a partir de 1930, através da criação do Ministério da Educação e Saúde e de diversos órgãos de legalização e controle do setor, especialmente, nos períodos autoritários (1937-1945 e 1964-1985). Nestes períodos foram institucionalizadas diversas áreas da cultura como teatro, livro, folclore, patrimônio artístico, cinema, radiodifusão educativa, além dos setores dedicados à censura (GOMES, 1996; MICELI, 1984).

No regimento do Conselho Federal de Cultura foi definido o papel do Estado no setor cultural através das funções do CFC: preservar o patrimônio e implementar uma política nacional para o setor. O patrimônio tornou-se o lugar de ação do Estado na cultura e essa definição foi elaborada pelos ideólogos do Conselho e ratificadas através de diversas ações implementadas pelo CFC entre 1967 e 1975.

O patrimônio nacional, tal como proposto pelo CFC, incluía as obras artísticas e arquitetônicas de valor histórico, os museus, as bibliotecas, os teatros, as academias de letras e os institutos históricos, as cerimônias cívicas, as grandes obras da literatura, as festas populares, os centros históricos.

Essa visão do patrimônio está relacionada à noção substancialista da cultura presente nos discursos dos intelectuais tradicionalistas. Esses agentes definiram o “alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também bens populares sob o nome de folclore (...)” (CANCLINI, 2000, p.161)

A questão do patrimônio tornou-se a grande bandeira de atuação do Conselho Federal de Cultura. A cultura brasileira era um patrimônio ameaçado pela falta de infraestrutura e investimentos. A tarefa principal do Conselho, e que considero vitoriosa, era centralizar as ações no setor cultural, tornando-o uma área de permanente atuação do Estado através de políticas culturais. Como afirmou Montello “O Conselho Federal de Cultura não fará episódios de cultura, pequenas atuações individuais. Não promoverá a montagem de um único espetáculo teatral.”(MONTELLO, 1967, p.22)

Dessa forma, todos os esforços iniciais foram dedicados à criação de uma rotina de cultura com o intuito de produzir uma ação sistemática no setor. Para articular as ações do Ministério e instituir um conjunto de práticas orientadas especificamente para o setor cultural foi criada a Comissão de Legislação e Normas. A Comissão era constituída, com exceção de Gustavo Corção, por membros da Câmara do Patrimônio Histórico e teve um papel decisivo em quase todas as ações do CFC. Os anteprojetos de lei, os convênios, as regras para a distribuição de verbas, o regimento interno, entre outros, eram redigidos pela Comissão. A Comissão era composta por Afonso Arinos de Mello e Franco, Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon Moniz Bittencourt, Rodrigo Mello Franco de Andrade. A presença maciça de representantes da Câmara de Patrimônio na constituição da Comissão pode ser analisada a partir de duas sentenças: primeiro, a importância do patrimônio para o Conselho; segundo, a experiência bem sucedida das políticas de preservação do patrimônio instituídas pelo Estado desde a década de 1930. Montello propôs que “o patrimônio histórico e artístico nacional é a memória de todas as gerações brasileira que nos cumpre guardar e aproveitar, transferindo-a, sempre mais enriquecida, às novas gerações.”(MONTELLO, 1967, p.8)

No interior do Ministério da Educação e Cultura, a instituição cultural melhor aparelhada era o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado por Gustavo Capanema em 1937, sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade. O SPHAN, atual IPHAN², foi o órgão responsável pela definição de uma inédita política de preservação federal. A longa gestão de Rodrigo Mello e Franco é considerada um marco na orientação político-burocrática daquele órgão (FALCÃO, 1984). Na década de 1930, Rodrigo de Mello e Franco é convidado pelo Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, para ocupar a chefia do gabinete do Ministério. Permaneceu no

cargo até 1967 e contou com a colaboração de vários intelectuais que posteriormente participariam do CFC como Gilberto Freyre, Afonso Arinos, Arthur Cesar Reis, Renato Soeiro entre outros. Seu discípulo Renato Soeiro substituiu-o na direção do IPHAN e no Conselho Federal de Cultura.

O IPHAN não foi o único órgão criado na década de 1930 para tentar organizar e ampliar a participação do Estado na esfera cultural, tampouco o único setor da área da cultura que despertou o interesse estatal. Contudo, foi o órgão que respondeu de forma mais eficaz às demandas do executivo.

(...) o IPHAN, ao preservar o patrimônio histórico e artístico, deveria responder a pelo menos três desafios. Primeiro, ao desafio político de estimular e canalizar a participação social na preservação cultural. Segundo, ao desafio ideológico de identificar e forjar um ‘patrimônio cultural brasileiro’ (...). Finalmente, ao desafio administrativo de cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente. (FALCÃO, 1984, p.27)

Ao longo dos trinta primeiros anos, o IPHAN conseguiu consolidar uma estrutura administrativa e uma noção de preservação do patrimônio, apesar dos recursos insuficientes destinados àquela instituição. A gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade foi pautada pelo discurso nacionalista em defesa do patrimônio, cujo traço principal é a valorização do passado como aspecto singular da identidade nacional. O caráter tradicionalista presente na produção discursiva do diretor do IPHAN compõe o cenário autoritário e modernizador projetado pela ditadura varguista.

Este projeto era implementado por uma nova elite de bases urbanas – em oposição às velhas elites agrárias – que veio a dirigir o país sob a orientação modernizadora, após a revolução de trinta. Nessa ideologia, assume o primeiro plano o projeto de construção de uma nova nação, através da modernização das estruturas econômicas, político-administrativas e culturais. Esse projeto veio a ser implantado por meio de uma burocracia estatal e centralizada e autoritária, controlada a partir de um pacto entre segmentos das velhas e novas elites. (GONÇALVES, 1996, p.39)

Nesta perspectiva, a modernização só seria consolidada com a investigação e o “resgate do passado”, afinal, era a singular trajetória brasileira que nos garantiria um lugar no espaço das potências civilizadas. Os conceitos de patrimônio e identidade são concebidos como tradutores da essência nacional, sendo integrados aos valores modernos da nacionalidade. Essa visão estabelece laços ambíguos com a modernidade,

² Para facilitar a compreensão do texto, a partir desse momento, utilizo a designação atual do IPHAN para tratar do órgão desde a sua fundação, quando a sigla original era SPHAN.

ao renovar um conjunto de bens e práticas tradicionais que geram o sentimento de pertencimento dos indivíduos a uma nação. (GONÇALVES, 1996)

Essa visão do patrimônio como elemento indispensável à civilização e à modernidade, institucionalizada na gestão de Rodrigo Mello e Franco, foi claramente apropriada pelos integrantes do CFC e facilmente incorporada às suas práticas.

Em 1970, foi realizado por iniciativa do Ministro Jarbas Passarinho o primeiro “Encontro Sobre Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. A gestão de Jarbas Passarinho foi marcante para o setor cultural no período da ditadura civil-militar. O Encontro, realizado em Brasília entre 1 e 3 de abril, foi dirigido por Arthur Cezar Ferreira Reis e Pedro Calmon, este último responsável pela elaboração do “Compromisso de Brasília”, documento-síntese assinado por todos os representantes dos estados da federação. O número 33 da revista Cultura foi inteiramente dedicado ao evento, que contou com a participação de vários membros do executivo federal, além de governadores, em sua maioria militares, representantes dos governos dos estados e outras autoridades.

No discurso inaugural, Jarbas Passarinho ressalta que aquele encontro trataria o patrimônio em suas diversas ramificações, ou seja, “não só o patrimônio artístico, não só o patrimônio histórico, não só o patrimônio cultural, não só o patrimônio natural, mas todo o patrimônio da Nação e da gente brasileira (...)”(PASSARINHO, 1970, p.8). Para o Ministro, além dos poucos recursos destinados à preservação, o descaso do brasileiro para com sua história, aliado à falta de civismo, impedia o culto aos monumentos, verdadeiros documentos da nação brasileira. Para solucionar o descaso das autoridades públicas e da população, que não só ameaçava como já comprometia o patrimônio com perdas irreparáveis, é que aquelas autoridades se encontravam ali reunidas. O Ministro esperava com isso responder aos constantes ataques da imprensa, lembrando o que um periódico dominical informara a respeito do patrimônio: “Brasil, um passado sem futuro”.

O conselheiro Renato Soeiro, diretor do IPHAN, ficou responsável por apresentar os pontos centrais do Encontro, lembrando a atuação de Rodrigo Mello e Franco na diretoria daquele órgão. Dessa forma, a idéia de patrimônio presente naquela reunião seguia as diretrizes cristalizadas pela ação de Rodrigo de Mello e Franco durante os trinta anos em que dirigiu o IPHAN. O patrimônio contava com uma

avançada legislação criada a partir de 1937 que, segundo Soeiro, seria completa com a aprovação do projeto do CFC sobre os usos dos monumentos considerados históricos e a criação de estímulos financeiros destinados à preservação. Além de uma legislação adequada às necessidades preservacionistas, era fundamental conscientizar a população da importância do patrimônio através da educação. A tarefa caberia às disciplinas Moral e Cívica, no ensino básico, e Problemas Brasileiros, no ensino superior. O patrimônio cultural do país era considerado indispensável na formação do civismo nacional. Para Soeiro, o desenvolvimento era perfeitamente conciliável com a proteção e a valorização do patrimônio.

No período de 1967-1975, em que a atuação desses intelectuais na orientação do setor cultural foi marcante, observamos que várias das ações culturais implementadas no setor já eram produzidas por essa intelectualidade em outros espaços. A criação do calendário cultural, a homenagem aos grandes homens da cultura, o estímulo à publicação dos suplementos literários, a comemoração de centenários, a publicação de obras completas, funcionavam como lugares de memória onde a visão otimista do Brasil pode ser forjada. Assim, o patrimônio é concebido como toda atividade cultural que enfoca a “comemoração do passado legítimo” e os aspectos da verdadeira “essência nacional”(CANCLINI, 2000). O patrimônio torna-se, então, o representante máximo da nacionalidade e é associado linearmente ao conceito de cultura.

O projeto desenvolvido pelos intelectuais do CFC para o setor cultural estava diretamente relacionado com a idéia de “cultura nacional” defendida pelo grupo. Naquele período e para aquele grupo de intelectuais, a análise do conceito integrava as concepções substancialistas da cultura que procuravam defini-la pela busca incessante de sua essência geradora, daquilo que foi constitutivo na sua formação. Essa abordagem tinha seu aspecto central na definição da cultura como conjunto de valores e comportamentos homogêneos por um passado comum. A percepção objetivista da cultura tem na valorização do passado um pilar fundamental de ação. Nas políticas culturais essa percepção reveste-se na preservação do patrimônio associada à existência de uma “memória nacional” que precisava ser reorganizada, como afirmou o presidente do Conselho Arthur Cezar Reis,

Diz-se que a memória nacional está comprometida no negativismo ou no irrealismo, ou ainda no esquecimento que a desfigura, desilustra, diminui, incompatibiliza com a potencialidade

que nosso país está alcançando em vários setores de sua capacidade criadora. (REIS, 1968, p.15)

Dessa forma, era preciso recuperar a memória nacional, reorganizá-la, a partir de atos e personagens que efetivamente ilustrassem o passado, tornando-a compatível com “a potencialidade de nosso país”, ou seja, com o desenvolvimento em curso. A associação entre memória e desenvolvimento nacional compreendida como função do Estado só poderia ser realizada através da institucionalização da cultura, conforme informava o Editorial da revista Cultura: “Com a institucionalização da cultura brasileira pelo poder público, entrou o país num novo período em que aquela passou a integrar-se no próprio processo de desenvolvimento nacional.”(CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1969, p.5)

A questão do desenvolvimento presente nos discursos oficiais precisava ser integrada às diversas instâncias do aparelho estatal. Neste caso, constrói-se um entrelaçado jogo entre a memória nacional e o desenvolvimento, num hábil esquema que destacava as personagens históricas e as grandes obras da literatura como registros positivos do nosso passado e anunciadores da potencialidade do país na marcha do desenvolvimento. Aqui a reorganização da “memória nacional” é fundamental na previsão de um futuro glorioso. Essa estratégia na construção de uma memória que valorizasse os personagens históricos, a literatura e as manifestações populares já era utilizada nas políticas culturais da Era Vargas (GOMES, 1996) e demonstra a continuidade dos projetos dessa intelectualidade para o setor.

A participação de Freyre no CFC e a difusão de suas idéias desde a década de 1930 foram decisivas para o desenho de um tipo de interpretação da “cultura brasileira”, especialmente, no interior do Conselho. A noção de mestiçagem associava-se à idéia do regional, ambas desenvolvidas por Freyre, como parte integrante da cultura nacional. Assim, o regionalismo compreendido como pluralidade cultural garantia o substrato constitutivo de nossa cultura. Entre os membros do CFC não havia contradição entre a “cultura nacional” e a “cultura regional”. As possíveis tensões existentes entre o nacional e o regional eram eliminadas à medida que a cultura nacional só podia ser definida a partir de seus aspectos regionais e “(...) esse regionalismo não era desintegrador, mas orgânico” (REIS, 1968, p.14). Dessa forma, a realização de políticas culturais estabelecidas pelo Ministério dependia de uma “tomada de consciência da política a adotar-se com o sentido de regional e global” (MONTELLO, 1967, p.10).

Josué Montello, fundador e primeiro presidente do CFC, afirmava que o ponto de partida do CFC era elaborar políticas culturais a partir da cultura regional.

A participação ativa dessa elite no cenário cultural se iniciou com os movimentos culturais na década de 1920 e está associada a uma tradição que caracterizou o intelectual como mediador entre o universo cultural e o político. O Conselho Federal de Cultura está inserido nesta tradição intelectual e nos debates sobre o papel político da cultura. Neste sentido, o projeto cultural proposto pelos conselheiros é uma continuidade das propostas nacionalistas das décadas de 1920 e 1930 e que foram consolidadas pelo Estado Novo. Na ditadura civil-militar, o uso político da cultura como instrumento de construção da nacionalidade foi reformulado e a questão do desenvolvimento incorporou-se aos discursos.

Definimos o período entre 1920 e 1970 como um momento decisivo na formação e atuação dessa geração de intelectuais no campo político e nos debates sobre a cultura nacional. Além disso, esses cinquenta anos marcam interpretações e debates sobre o Brasil e sua entrada na modernidade. Os movimentos intelectuais surgidos na década de 1920 apontavam para a necessidade de definir os elementos característicos da sociedade brasileira, considerados essenciais na elaboração de diagnósticos para o atraso do país. O longo debate intelectual que culminou na Semana de Arte Moderna, em 1922, possibilitou a emergência de inúmeras interpretações sobre a cultura nacional e acirrou os debates na arena intelectual sobre a sua definição. Como afirma Lúcia Lippi de Oliveira (1990), entre os modernistas paulistas do período de 1917-1924, a entrada do país na modernidade dependia do rompimento com o passado e da incorporação dos padrões civilizatórios identificados com a industrialização, a urbanização e a racionalidade.

Ser moderno era identificado com ser civilizado, cosmopolita, ou seja, estar atualizado com o mundo. Daí o tema da cidade predominar sobre o da província, sobre o regional. (...) O centro urbano é visto como pólo da cultura, como região privilegiada do encontro e fermentação de novas idéias. (OLIVEIRA, 1990, p.182)

Contrapondo-se a essa visão cosmopolita do modernismo paulista em sua primeira fase, os intelectuais do Centro Regionalista do Nordeste, fundado por Gilberto Freyre em 1924, propuseram uma leitura do caráter nacional ancorada no regionalismo, na valorização do passado e no folclore. O Manifesto Regionalista, publicado em 1926, buscava deslocar a visão pessimista do nordeste, substituindo-a por uma percepção

otimista marcada pela noção de “pureza e autenticidade culturais” (OLIVEIRA, 1990). Dessa forma, o movimento regionalista nordestino elaborou uma prática discursiva alicerçada nas palavras chaves “região” e “tradição”.

Para o intelectual nordestino em busca de afirmação no plano nacional, não se tratava de encontrar linguagens artísticas revolucionárias para exprimir um mundo em acelerada transformação, mas de procurar apoiar-se na riqueza das tradições culturais e artísticas locais para fazer de sua revalorização, bandeira de luta. (ALMEIDA, 2003, p.321)

O regionalismo nordestino, ao valorizar a tradição popular, o folclore, a língua em nome da “pureza cultural” ameaçada pela presença de elementos alienígenas à nossa cultura, carregava consigo o substrato necessário aos grupos nacionalistas e ufanistas que atravessaram os movimentos culturais do período. O regionalismo como base da cultura nacional não seduziu apenas os intelectuais nordestinos, mas foi uma corrente de idéias que atravessou vários grupos intelectuais dedicados a fornecer ao país sua identidade nacional.

A preocupação com a valorização de nossas tradições culturais e folclóricas é plenamente encampada pelos modernistas. Recuperá-las significa construir a identidade brasileira, sem a qual seria impossível ao país afirmar sua autonomia no panorama internacional. (VELLOSO, 1993, p.94)

Após o lançamento do manifesto regionalista, o grupo modernista verde-amarelo incorporou parte dos ideais defendidos pelo regionalismo nordestino. Além disso, prevalece no discurso uma visão otimista sobre o Brasil: país continental, ordeiro e harmônico. Constrói-se uma prática discursiva que compõe a relação “regionalismo-nacionalismo”. A idéia do regionalismo como expressão da unidade cultural possibilitou uma naturalização das práticas culturais populares, vista como autênticas representantes da cultura nacional (VELLOSO, 1993).

O regionalismo associado ao nacionalismo se manteve presente no ideário político e intelectual brasileiro até o final da década de 1970. No Conselho Federal de Cultura, representantes do movimento regionalista nordestino, como Gilberto Freyre, e paulista, como Cassiano Ricardo, voltariam a se encontrar e a defender como cerne das políticas culturais o regionalismo. Neste momento, as ações intelectuais não se restringem aos movimentos culturais, como na década de 1920; é preciso estar no interior da burocracia; misturar-se com a política e os políticos; decidir e administrar os rumos da cultura brasileira através do Estado.

O Conselho Federal de Cultura incorporou as características gerais do regionalismo nacionalista e observava na organização política do país os traços comprobatórios da identidade regional como marca da nacionalidade. O editorial da revista “Cultura”, periódico oficial do CFC, de janeiro de 1968, dedicado a I reunião do Conselho Federal de Cultura com os conselhos estaduais de cultura, informava que a política brasileira era fruto da realidade regional, por isso a criação de conselhos estaduais. Dessa forma, o regionalismo não se limitava à esfera cultural, mas perpassava as demais esferas sociais.

A realidade regional é consagrada pela federação política. Essa realidade tem o seu matiz cultural próprio e os problemas que lhe são peculiares; daí a necessidade da implantação dos Conselhos Estaduais de Cultura. A I reunião Nacional dos Conselhos de Cultura (...) tem por propósito auscultar as aspirações e reivindicações que decorrem das realidades regionais (...). (CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1968, p.5)

Esse regionalismo nacionalista associado à valorização da mestiçagem permitia a construção de um discurso otimista sobre o Brasil e sua relação com as outras nações. O pluralismo que definia a sociedade brasileira não era excludente, ao contrário, visto do plano externo, irmanava as mais diferentes regiões do país, edificando a nação. Os intelectuais do CFC estão integrados a uma corrente de pensamento que atravessou, resguardando as diferenças entre os grupos e suas práticas de inserção do aparato político, os diversos setores que trabalhavam no direcionamento de políticas culturais e educacionais: o “otimismo ultraconservador”. Arthur Cezar Ferreira Reis ressalta, novamente, a importância do regionalismo na constituição da nacionalidade:

Nação – continente e arquipélago ao mesmo tempo, se examinarmos a condição de gigantismo geográfico, espacial que nos marca no mundo físico e a regionalização que nos proporciona uma existência não-global, mas em unidades mais ou mesmo autônomas, que compõe o arquipélago, social, econômico, cultural, e, porque não concluir também, político, mesmo que se procure justificar esse arquipélago político pela existência de um sistema federativo em sua concepção realística (...) o Brasil, na sua regionalização, não se comprometeu com qualquer sistema divisionista. (REIS, 1968, p.11)

No otimismo ultraconservador, tal como proposto por José Carlos Reis (2006), a memória é reduzida a episódios políticos e narrativas sobre a formação do Estado. A corrente otimista entre as décadas de 1930 a 1970 incorporou as análises antropológicas de Freyre, para quem a função da história é apenas retratar os fatos sociais. Para os defensores dessa visão sobre a identidade brasileira:

(...) Somos um povo unido, com caráter bem definido, com bom quinhão territorial, sem rupturas, para nossa expressão, para a nossa integração, para a nossa felicidade brasileira. (...) A identidade brasileira é definida geográfica e geneticamente e está impressa no corpo-alma do brasileiro de forma inescapável, insuprimível, inalterável. (REIS, José, 2006, p.37)

Esse discurso “otimista” foi habilmente incorporado como política de Estado e pode ser observado nas propagandas políticas, nas políticas culturais e nas obras destinadas à educação, buscando reforçar no imaginário social uma idéia do Brasil como um país unido, pacífico e em desenvolvimento. Assim, o passado garantia a inevitabilidade de nossa ascensão ao seletivo grupo das grandes potências mundiais.

(...) a propaganda política da época procurou consolidar como tradição incontestável uma certa tendência, de fato já forte naquela ocasião, de leitura sobre o Brasil: a vinculação entre os brasileiros, e a unidade na identidade, dar-se-ia através de uma cultura brasileira, mesclada com uma promissora visão do futuro. (FICO, 1997, p.24)

A elaboração de um discurso que construísse um passado comum da nação tornava a cultura nacional um instrumento preponderante para a demonstração de nosso desenvolvimento e atravessou diversos setores estatais. Neste sentido, o governo civil-militar elaborou um conjunto de imagens com o objetivo de caracterizar a nação, a partir de idéias-força como cultura, memória e identidade. Como afirma Carlos Fico, a ditadura civil-militar buscou uma imagem sobre o Brasil que vislumbrasse na longa duração aspectos geradores de “esperança e otimismo”(FICO, 1997, p. 19).

A intelectualidade presente no Conselho Federal de Cultura redefiniu o papel político da cultura nacional, incorporando uma ampla idéia de preservação do patrimônio. Essa redefinição faz-se necessária inclusive para manutenção do papel do intelectual, definido por esta geração nas décadas anteriores. A construção de um papel político para a cultura, atrelando-a à construção do Estado-nação e da cidadania, permitiu o aparecimento do intelectual como ator social. A revalidação dessa perspectiva sobre a cultura era fundamental diante do avanço, a partir dos anos de 1960, das vanguardas culturais e do aparecimento da indústria cultural de massas.

A valorização da memória nacional ocorreria através da institucionalização da cultura e da revitalização do patrimônio histórico e artístico, cujos maiores exemplos são a criação de um calendário cultural e o investimento na recuperação do patrimônio. Ambos representavam a consagração dos elementos considerados constitutivos da cultura, em geral, encontrados, por um lado, nas figuras proeminentes da sociedade; por

outro, nas manifestações folclóricas e nas expressões artísticas populares. Essas últimas eram as únicas capazes de caracterizar nossa nacionalidade. No caso da construção de memórias oficiais, o problema é o de “sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização”(POLLAK, 1989, p.8). Desse modo, o trabalho de enquadramento da memória buscava alternar, tal como no Estado Novo, a exaltação de grandes vultos e obras com a valorização da arte regional e popular, considerados como elementos de “reinterpretação do passado” (GOMES, 1996). A memória nacional construída através de um passado comum terá na questão do regionalismo e no valor das três raças uma de suas principais diretrizes.

Esse discurso político sobre o papel do Estado na cultura e sua importância na defesa dos valores nacionais tem na apropriação do passado um pilar fundamental. Assim, o discurso oficial do Conselho ressaltava a importância dos lugares de memória, verdadeiros templos da cultura nacional, guardiões da essência do povo brasileiro. Aqui, reproduzindo as estratégias utilizadas no Estado Novo, a valorização da memória ocorreria através da elaboração de calendários culturais, comemorações históricas e centenários.

Para esses intelectuais, a cultura brasileira só pode ser definida por meio de uma investigação cultural que contemple o estudo da formação histórica da sociedade. A identidade cultural remete à origem de um determinado grupo que supostamente caracterizaria o indivíduo de maneira autêntica. Tal compreensão da identidade cultural como reflexo das raízes constitutivas de um grupo social aparece tanto nas leituras “naturalistas” como “culturalistas” realizadas pelas ciências sociais. Neste caso, nos interessam, sobretudo, as leituras culturalistas da formação de determinada identidade cultural.

Em uma abordagem culturalista, a ênfase não é colocada numa herança biológica, (...), mas na herança cultural, ligada à socialização do indivíduo no interior do seu grupo cultural. Entretanto, o resultado é quase o mesmo, pois segundo esta abordagem o indivíduo é levado a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos, até o ponto de se identificar com o seu grupo de origem. Ainda assim a identidade é preexistente ao indivíduo. Toda identidade cultural é vista como consubstancial com uma cultura particular. (CUCHES, 1989, p.9)

Nesse enfoque, a definição da identidade resulta de uma série de determinantes objetivos como a origem comum, a língua, a religião, o território etc. A identidade seria resultado da essência cultural de um grupo, cabendo aos intelectuais o papel de difusor

dessa identidade, pela investigação dos elementos formadores da cultura. A própria divisão das Câmaras do Conselho indica essa compreensão: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico. As Câmaras foram definidas de acordo com as áreas consideradas essenciais na composição da “cultura nacional”, reunindo as personagens de proeminência de cada especialidade.

O Conselho se apropriava de elementos nacionalistas característicos do período ditatorial, criando um cenário marcado pelo binômio cultura nacional – invasão estrangeira. A cultura nacional estaria ameaçada pela consolidação da indústria cultural de massas, que introduzia no país elementos estranhos a nossa formação social. Para impedir a descaracterização da cultura nacional que ameaçava a segurança nacional era fundamental reconstruir uma memória nacional que valorizasse os heróis do passado e os elementos folclóricos.

A valorização desses bens simbólicos era essencial na preservação cultural do país, considerada ameaçada pelo aparecimento e consolidação da *mass media*. O desenvolvimento da indústria cultural de massas no país nas décadas de 1960 e, especialmente, 1970, era considerado um movimento “alienígena” à nossa cultura. As concepções teóricas adotadas pelos intelectuais do CFC tornavam qualquer ação em favor da cultura de massas um ato de violência e transgressão de nossa cultura. Nesse cenário, o grupo era contrário ao financiamento do Estado para esse tipo de produção artística.

Assim, a cultura brasileira só existe no interior da nação e só é verdadeira quando corresponde aos interesses de todos os setores sociais, ou seja, é marcada pelo **desinteresse**, pois não serve a nenhum grupo em particular, respondendo aos elementos condicionantes e dinâmicos que a promovem. Neste sentido, toda cultura tem um caráter nacional, pois seu desenvolvimento depende de fatores geográficos, da herança étnica, dos momentos históricos e da linguagem vivenciados por um grupo social. De todos esses fatores, apenas a linguagem é considerada um elemento dinâmico da cultura, que ocorre através da fala e da interação entre os sujeitos históricos.

As concepções substancialistas que definem a cultura e, logo, a identidade a partir de elementos como a língua, o território, e um passado comum, são amplamente utilizadas pelos Estados para descrever a singularidade de uma nação. Os grupos intelectuais que partilhavam dessas concepções são facilmente incorporados pelo Estado

brasileiro, especialmente, em momentos onde os governos se utilizam do autoritarismo para conter a população; afinal, a legitimidade de suas ações precisa estar ancorada numa suposta “defesa de interesses da nação”.

O CFC representava a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional e possibilitava a elaboração de um Plano Nacional de Cultura associado ao desenvolvimento nacional. A participação dos intelectuais na esfera burocrática tornava-se indispensável na concretização de políticas culturais e demonstra a importância dada à área cultural pelos governos militares. Para a cúpula o executivo, a participação de intelectuais na esfera estatal legitimava as diretrizes políticas impostas pela ditadura. Por outro lado, a atuação desse grupo no interior do Estado possibilitava a elaboração de políticas culturais que generalizavam as considerações particulares do grupo sobre a cultura nacional, promovendo a circulação de suas idéias e favorecendo a construção de um discurso preponderante sobre os processos de difusão cultural, assim como os métodos de pesquisa, as correntes teóricas, o seu papel social etc, no interior do campo intelectual.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, J. M. G. Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20. In: KOSMINSKY, Ethel Volfson et all. (org). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p.321 pp. 315-326

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000. P.160

CUCHES, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 1999.

FALCÃO, J. A. Política Cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, S. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.23-39

FICO, C. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOMES, A. M. C. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/IPHAN, 1996

MICELI, S. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

MONTELLO, J. Realidade Regional, ponto de partida do Conselho. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, ano I, nº 1, pp.03-5, 1967.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense: 1986. p. 78, 1986.

PASSARINHO, Jarbas. Discurso do Ministro Jarbas Passarinho transcrito por Cultura. In: **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, Ano IV, n.33. março, 1970. pp.7-24 p. 8

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, pp. 03-15, 1989.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Programa de Ação em Favor da Cultura. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, Ano II, nº 17, 1968.

REIS, José Carlos. **Interpretes do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 6, n.11, 1993, p. 93 pp.89-112